Impugnação, revisão e recurso

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O contribuinte que discorda de um lançamento apresenta uma impugnação (notice of objection) no prazo de dois meses, indicando os fundamentos. A IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) examina a impugnação, pode solicitar informações adicionais e, em seguida, altera o lançamento ou emite uma notificação de recusa de alteração. Em até trinta dias da recusa, o contribuinte pode recorrer ao Income Tax Board of Review, um tribunal administrativo independente de três membros escolhidos de um painel, que reexamina o caso por inteiro e pode confirmar, reduzir, aumentar ou anular o lançamento.[1] Da decisão do Board cabe recurso, sobre questão de direito ou questão mista de direito e de fato, à General Division da High Court e, dali, mediante autorização, à Court of Appeal. O imposto deve ser pago apesar da impugnação, salvo se o Comptroller concordar em suspender sua exigibilidade.[2]

Até agora, litígios sobre ativos digitais perante o Board têm sido raros, porque a questão trader ou investidor costuma ser resolvida na fase de impugnação e porque os valores envolvidos têm sido modestos. As questões com maior probabilidade de chegar ao Board são a qualificação das vendas de lotes de tokens dos fundadores (Capítulo II desta Parte), a avaliação de tokens ilíquidos recebidos como remuneração (Capítulo VI) e o tratamento das recompensas de staking nas mãos de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

um investidor (Capítulo I). O Board aplica os badges of trade (indícios de atividade comercial) com base na jurisprudência inglesa e singapuriana e, em casos de imóveis e ações, mostrou-se disposto a reconhecer atividade comercial quando os próprios documentos do contribuinte revelam intenção de lucro e horizonte curto. O contribuinte de criptoativos que pretenda sustentar a condição de investidor perante o Board deve reunir as provas descritas no Capítulo I antes de o litígio começar, porque o Board decide com base nos documentos e na credibilidade do contribuinte.

Notas

1. Income Tax Act 1947, seção 76 (impugnações), seção 79 (recurso ao Board of Review), seções 80–81 (audiência e decisão do Board). ↩
2. Income Tax Act 1947, seção 85 (pagamento do imposto apesar de impugnação ou recurso) e seções 81–82 (recursos do Board of Review à General Division da High Court). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.